

Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica

ADRIANO HOLANDA (*)

Segundo Merleau-Ponty, “*é o homem que investe o mundo de significados*”. Tomando como ponto de partida esta colocação, surge-nos questões as mais variadas com relação ao procedimento empírico em Ciências Humanas (em geral), e em Psicologia (em particular). A questão do método em Psicologia sempre foi questão controversa ao longo da história, desde a constituição da “ciência psicológica” como ciência naturalista, até os dias atuais, quando se reflete sobre a diversidade das possibilidades da apreensão do humano e suas perspectivas (Amatuzzi, 1994).

No esteio das reflexões sobre o *status* da Psicologia enquanto ciência – natural (ou empírica) ou “humana”, com suas especificidades – costuma-se estabelecer categorias metodológicas distintas para contextos diversos: em especial quando se fala de métodos quantitativos *versus* métodos qualitativos. Cremos ser desnecessário, neste espaço, discorrermos sobre o caráter da cientificidade dos métodos qualitativos,

tarefa já empreendida exaustivamente ao longo dos diversos embates epistemológicos com respeito à Psicologia (González Rey, 1999; Scarparo, 2000; Bruns & Holanda, 2003), e já discutido em trabalho anterior (Holanda, 2002).

Nosso objetivo neste artigo é empreender uma discussão em torno da diversidade dos métodos qualitativos de pesquisa em Psicologia, com especial destaque para o método fenomenológico, como um modelo compreensivo que apresenta significativa relação com o fenômeno psicológico.

Comumente se descreve os métodos qualitativos como modelos diferenciados de abordagem empírica, especificamente voltados para os chamados “fenômenos humanos”, ou seja, como métodos que fogem da tradicional conexão com aspectos empíricos tais como medição e controle. Segundo Mucchielli (1991, p. 3):

Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos). Esses fenômenos, por essência, não são passíveis de serem medidos (uma crença, uma representação, um estilo pessoal de relação com o outro, uma estratégia face um problema, um procedimento de decisão...), eles possuem as características específicas dos “fatos humanos”. O estudo desses fatos humanos se realiza com as técnicas de pesquisa e análise que, escapando a toda codificação e programação sistemáticas, repousam

(*) Psicólogo. Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília e Doutor em Psicologia pela PUC-Campinas. Primeiro-Secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, Psicopatologia e Psicoterapia – Abrafipp. Didata do Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília. Coordenador do Grupo ARCHÉ – Programa de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Fenomenologia da Religião e da Espiritualidade (UnB).

essencialmente sobre a presença humana e a capacidade de empatia, de uma parte, e sobre a inteligência indutiva e generalizante, de outra parte.

Podemos partir desta definição para caracterizar o método qualitativo em pesquisa e apontar o modelo fenomenológico dentro desta modalidade. González Rey (1999) aponta para o que chama de “caráter oculto” da evidência. Segundo ele, a “qualidade” dos fenômenos não aparece imediatamente à experiência, nem se constrói por via da indução. A abordagem qualitativa propõe-se, então, a elucidar e conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade, diferentemente dos pressupostos “quantitativos” de predição, descrição e controle.

Isto levanta algumas questões, tais como: a definição de método “qualitativo” ou “quantitativo” encontra-se no objeto de estudo, ou na forma de tratamento dos dados? Ou, será realmente inviável a possibilidade de codificação dos “fatos humanos”? Ou ainda, não será necessário revermos nossas próprias concepções a respeito do que caracterizamos como sendo “quantificável” ou não? O próprio autor assinala que “... o problema não está em usar um instrumento quantitativo, o problema está em definir o que este instrumento avalia, e como utilizamos essa avaliação no processo geral de construção do conhecimento” (González Rey, 1999, p. 53).

A rigor, concordamos com a idéia de que o tratamento dos dados representa, em grande medida, a dificuldade primeira encontrada nas investigações que procuram dados de compreensão da realidade subjetiva do ser humano. Por outro lado, também consideramos o fato que, ao analisarmos, questionarmos, isolarmos, buscarmos a compreensão deste ou daquele fenômeno humano, estamos – na verdade – em busca de um modelo minimamente organizado que sirva como referência à compreensão do mesmo fenômeno (ou de fenômeno similar), num segundo momento. Assim, estamos, de fato, em busca de criarmos uma “codificação” – mínima, que seja – para o fato humano. Além disso, concordamos ainda com o fato de que um tratamento unilateral da realidade é, necessariamente, limitadora desta.

Resulta disso que a polêmica entre o “quantitativo” e o “qualitativo” – como apontado anteriormente – se dilui em perspectivas. A pesquisa da experiência humana carrega consigo particularidades e possibilidades que transcendem este ou aquele modelo

de acesso ao fenômeno. Estas particularidades ficam mais presentes quando vislumbramos a perspectiva fenomenológica.

O estudo dos determinantes qualitativos na psicologia se define pela busca e explicação de processos que não estão acessíveis à experiência, as quais existem em complexas e dinâmicas inter-relações que, para serem compreendidas, exigem o estudo integral dos mesmos e não sua fragmentação em variáveis” (González Rey, 1999, p. 54).

Se partirmos da idéia de unidade indissolúvel entre o metodológico e o epistemológico, ou seja, entre a produção e elaboração do conhecimento e as diversas formas deste conhecimento, veremos que a investigação qualitativa não se define instrumentalmente, mas epistemologicamente, apoiada no processo de construção do conhecimento.

Definiríamos a investigação qualitativa a partir de dois elementos distintivos:

- 1) Pela inclusão da subjetividade no próprio ato de investigar – tanto a do sujeito do pesquisador por um lado (como no caso da “pesquisa-participante” ou da pesquisa “heurística”), como a do sujeito pesquisado, pelo reconhecimento de sua alteridade (como no caso da pesquisa “empírico-fenomenológica”);
- 2) Por uma visão de abrangência do fenômeno pesquisado, realçando a sua circunscrição junto aos demais fenômenos – sociais, culturais, econômicos, quando for o caso (como na pesquisa “hermenêutica”, por exemplo).

Assim, qualquer esboço de definição do que é qualitativo em metodologia, ao mesmo tempo em que é considerado como um contraponto aos modelos quantificadores, representa, na verdade, um modelo que destaca ou releva certos elementos característicos da natureza humana, os quais as metodologias quantificadoras têm dificuldade de acessar.

Em trabalho anterior (Holanda, 2002), já discutimos o fato de que a pesquisa qualitativa nasce no seio das investigações sociológicas e antropológicas, penetrando na Psicologia a partir destas disciplinas. Existe uma relativa diversidade de modelos e métodos de abordagem qualitativa da realidade. Convém relacionarmos algumas das principais abordagens qualitativas para podermos circunscrever

a posteriori o método fenomenológico. Iremos nos reportar, basicamente, a dois autores, como compiladores destes modelos: J. Creswell (1998), que publicou “*Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among Five Traditions*”, e Clark Moustakas (1994), que aborda mais especificamente o modelo fenomenológico, em seu livro “*Phenomenological Research Methods*”. Estas duas obras serão apenas referências para podermos analisar posteriormente os modelos fenomenológicos de pesquisa.

Creswell (1998) aponta na direção de cinco “tradições” na investigação qualitativa: a biografia (ou estudo biográfico), o *estudo fenomenológico*, a “grounded theory” ou *teoria fundamentada*, a *etnografia* e o *estudo de caso*. Moustakas (1994) aponta também para cinco modelos de pesquisa qualitativa: modelo etnográfico ou *etnografia*; *teoria fundamentada* ou “grounded research theory”; *hermenêutica*; a pesquisa *fenomenológica* e a *heurística*.

Discutiremos inicialmente os destaques particulares de cada um dos autores, começando por Creswell (“estudo biográfico” e “estudo de caso”) e depois para Moustakas (“hermenêutica” e “heurística”), e depois caracterizaremos os modelos discutidos em comum, como são os casos da “teoria fundamentada na pesquisa”, da pesquisa “etnográfica” e da pesquisa “fenomenológica”.

Antes de tudo, porém, gostaríamos de destacar um modelo de pesquisa que vem sendo bastante desenvolvido atualmente e que não se encontra citado em nenhuma das duas obras por nós referenciada acima. Trata-se da *pesquisa historiográfica* ou historiografia (Campos, 1998; Brozek & Massimi, 1998; Scarparo, 2000).

A pesquisa historiográfica visa à coleta, catalogação e descrição de acontecimentos históricos para posterior interpretação e construção de um quadro relevante para a ciência. No caso da Psicologia, a ênfase recai sobre documentos ou trabalhos publicados por pesquisadores, a partir dos quais busca-se reconstruir a própria evolução das teorias e das descobertas, inserindo-as num contexto de fundamentação muito mais sólido.

Campos (1998), ao apontar para a multiplicidade dos modos de se fazer pesquisa histórica, cita cinco formas de construção da evidência historiográfica:

a) Biográfica, onde a vida e a obra do autor são as principais fontes de dados, e que

Creswell (1998) descreve com mais detalhes (como veremos adiante);

- b) Descritiva e analítica, que parte da descrição detalhada dos pressupostos e do conteúdo de determinada teoria, com especial atenção às “controvérsias” como relevante para o desenvolvimento de uma ciência;
- c) Quantitativa, como uma forma objetiva de se avaliar o impacto de uma teoria ou de determinado(s) autor(es) sobre o desenvolvimento científico (como o estudo da frequência de citações, p. ex.)¹;
- d) Social, que enfatiza as relações entre construção e evolução das idéias psicológicas e o contexto sócio-histórico nas quais estão inseridas; e
- e) Psicossocial ou “psicossociologia do conhecimento”, que leva em consideração “tanto os aspectos relacionados à interação no interior da comunidade científica como suas relações com o contexto” (Campos, 1998, p. 17).

A principal razão de se estudar a história da Psicologia está na possibilidade deste estudo auxiliar na integração de um campo que se caracteriza por sua diversidade e fragmentação. A nosso ver, a pesquisa historiográfica é um instrumento necessário para a compreensão epistemológica da ciência psicológica, e para a compreensão de seu *locus* de ação.

A pesquisa historiográfica tem ocupado cada

¹ Um comentário parece-nos merecer destaque. Como estamos apontando desde o início, a discussão em torno de um *locus* especial deste ou daquele modelo de pesquisa – seja quantitativo ou qualitativo – esbarra nas necessidades advindas, tanto do pesquisador quanto das próprias demandas sociais (aqui entendidas como derivadas de um campo específico do conhecimento, ou seja, no nosso caso, da Psicologia. Qual a necessidade atual desta ciência? A resposta a esta questão responde em parte pela escolha do método). Assim é que, qualquer destes modos “qualitativos” de se abordar o fenômeno psicológico podem ser transmutados em modos “quantitativos” e vice-versa. Um determinado fenômeno (p. ex., a “vivência da loucura”) pode ser melhor descrita a partir de um modelo fenomenológico de pesquisa, mas estes mesmos relatos podem ser agrupados e avaliados num contexto quantitativo, conforme necessidade ou escolha do pesquisador.

vez mais espaço no contexto científico brasileiro, bastando para isto destacar a existência de um Grupo de Trabalho desta natureza na ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), que chegou a produzir, em 1996 (Vol. 1, N.º 15), caderno especial sobre *História da Psicologia*, organizado pela Prof.^a Regina Helena de Freitas Campos (UFMG). Todavia, numerosos outros empreendimentos ainda merecem destaque, como o “Projeto História da Psicologia Brasileira”, encaminhado pelo Conselho Federal de Psicologia que vem produzindo vídeos e livros sobre personalidades brasileiras (como a Coleção “Pioneiros da Psicologia Brasileira”), bem como reeditando obras esgotadas de inestimável valor para a ciência brasileira; e mais recentemente, a criação de um grupo de trabalho de História da Psicologia na ABEP (Associação Brasileira de Ensino da Psicologia), coordenado pela Prof.^a Ana Maria Jacó-Vilela (UFRJ). A título de ilustração e para demonstrar a diversidade do tema, apresentamos aqui algumas referências atuais sobre a questão: Massimi, Mahfoud, Silva e Avanci (1999); Antunes (1999); Jacó-Vilela, Jabur e Rodrigues (1999); e mais recentemente, Massimi (2004)².

Retomemos agora nossas principais referências, a partir das descrições particulares como assinalamos acima. Um dos primeiros modelos de pesquisa qualitativa apresentados por Creswell (1998) é a **biografia** ou **estudo biográfico**. Consiste no estudo de um indivíduo e de suas experiências, seja através de depoimentos, seja a partir de documentos e/ou material arquivado. Trata-se da descrição de momentos significativos da vida de um indivíduo, através de documentos vitais. Inclui biografias individuais, histórias de vida e histórias orais.

O estudo biográfico é um tipo de trabalho que se alicerça em diferentes disciplinas e é encontrado principalmente na literatura, na história, na antropologia, na sociologia e na psicologia. Representa uma pesquisa com “documentos de vida”.

² Nesta obra em particular, há dois capítulos versando sobre a história da perspectiva humanista brasileira de autoria de William Gomes e Gustavo Gauer, contando com a colaboração deste autor: “Primórdios da Psicologia Humanista no Brasil”, e “História das Abordagens Humanistas em Psicologia no Brasil”.

Creswell (1998) destaca, na Psicologia, o livro de Gordon Allport, intitulado “*Usos de Documentos Pessoais na Ciência Psicológica*”, publicado em 1942, como um importante documento para a pesquisa personalística.

Estruturalmente, o estudo biográfico subdivide-se em quatro tipos:

- a) *Estudo Biográfico*, propriamente dito, onde a história individual é escrita por algum pesquisador, a partir de documentos e registros;
- b) *Autobiografia*, onde a história é escrita pelas próprias pessoas;
- c) *História de Vida*, que consiste no relato de vida de um indivíduo, muito usado em ciências sociais e antropológicas, correlacionando-o com temas culturais, sociais e institucionais, que se dá através de uma coleta primária de entrevistas e conversas com o sujeito; e,
- d) *História Oral*, que é a reunião de lembranças de eventos, suas causas e efeitos, a partir de um ou de mais indivíduos.

O autor acrescenta ainda que as biografias podem ser escritas “objetivamente” – com pouca interpretação do pesquisador –, “eruditamente” – a partir de uma formação histórica e cronológica –, “artisticamente” – a partir de detalhes – ou “narrativamente” – contando com uma explicitação ficcional. Trata-se de um modelo de grande importância para a pesquisa histórica, onde se circunscreve o sujeito a ser estudado dentro de seu contexto sócio-cultural. Um exemplo bem atual, é a biografia de Heidegger, publicada por Rüdiger Safranski³, que lança mão de documentos da época para traçar um panorama da personalidade do filósofo.

Creswell (1998) ainda aponta para os seguintes passos metodológicos do trabalho biográfico:

- 1) Parte-se de um conjunto objetivo de experiências, observando estágios e experiências do curso de vida, seja a partir de uma cronologia (utilizando-se da linha temporal como referência), seja categorizando por experiências (educação, família, trabalho, etc.);

³ “*Heidegger. Um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*”, de Rüdiger Safranski (2000), São Paulo: Geração Editorial.

- 2) Reúne-se, então, material biográfico contextual concreto, ou seja, reúnem-se “histórias”, o que pode ser feito, por exemplo, a partir de entrevistas;
- 3) Organiza-se as histórias em torno de “eixos” ou temas centrais;
- 4) Parte-se para a exploração dos significados dessas histórias; e
- 5) Busca-se maiores estruturas para explicar os significados (interações sociais, produções culturais, ideologias, contexto histórico) para a interpretação (ou “trans-interpretações”, que vão além da simples interpretação dos fatos).

Os desafios deste modelo de pesquisa são múltiplos. Um dos principais refere-se à coleta de dados – requer um vasto material para que se possa ter acesso a um mínimo de informações necessárias. É necessário ainda um compreensão clara do material histórico e um olhar apurado para se explicitar o contexto, sob pena de superficialização do trabalho. Caso se utilize um modelo interpretativo, o pesquisador deve ser capaz de se colocar na narrativa e assumir seu ponto de vista.

Creswell (1998) apresenta ainda o “*estudo de caso*”, tanto como uma metodologia qualitativa de pesquisa como quanto um objeto de estudo. Refere-se à exploração de um sistema delimitado, partindo de uma coleta de dados detalhada, em profundidade, envolvendo fontes múltiplas de informação.

O foco do estudo de caso pode ser *intrínseco* (quando se encara o “caso” na sua singularidade) ou *instrumental* (tomando-se o “caso” como ilustração). Se houverem mais casos, então o estudo caracterizar-se-á como sendo “caso coletivo”.

Os passos a serem seguidos são os seguintes: em primeiro lugar, escolhe-se o “caso” (define-se qual o estudo de caso é o mais promissor ou útil, podendo este ser único ou coletivo, multi-situado ou interno, intrínseco ou instrumental); em seguida, coleta-se os dados extensivamente, com múltiplas fontes de informações. Um terceiro passo, a análise dos dados, pode ser “holística” (tomando o caso por inteiro) ou “embutida” (tomando aspectos específicos do caso) e, finalmente, a interpretação final (elabora-se o aprendido com o caso).

Os desafios inerentes a este modelo, segundo o autor, são os seguintes: a) em primeiro lugar, a própria identificação do caso (a designação de

sua utilidade ou relevância corre o risco de se tornar excessivamente subjetiva); b) em segundo lugar, a escolha da delimitação do caso (se um caso único ou múltiplo) e; c) finalmente, as fronteiras do caso, ou as complicações inerentes à circunscrição dos casos, ou seja, como este caso “toca” os demais campos. Acrescentaríamos o fato de que o estudo de caso pode tornar-se, a despeito de sua objetividade, um instrumento e não um método específico de trabalho, daí a necessidade de se ter clareza da circunscrição de seu objeto de estudo para um melhor enquadramento deste modelo.

Moustakas (1994) destaca dois modelos que Creswell (1998) não aborda: a hermenêutica e a pesquisa heurística. Principiaremos pela Hermenêutica. O vocábulo “Hermenêutica” advém do grego *hermeneutikós*, que por sua vez deriva do verbo *hermeneuein*, que significa “interpretar”. Originalmente é um termo derivado da teologia, designando uma metodologia de interpretação dos textos bíblicos, passando posteriormente a designar um esforço de interpretação de um texto difícil. Contemporaneamente, costuma designar – na filosofia – a reflexão sobre os símbolos, como temos em Paul Ricoeur (Japiassu & Marcondes, 1990). Para Abbagnano (1986), por “Hermenêutica” designa-se qualquer técnica de interpretação.

Para Moustakas (1994), *hermenêutica* é entendida como a exploração ou modelo de pesquisa cujo foco está na consciência e na experiência. Deriva das idéias de Wilhelm Dilthey, para quem, toda ciência e todo saber é empírico, mas toda experiência está originalmente conectada e validada pela nossa consciência. Segundo a hermenêutica, é através do horizonte da experiência (que primeiramente parece nos dizer sobre nossos próprios estados interiores) e de seu “alargamento”, que se passa a saber sobre o mundo externo e sobre as demais pessoas, ou seja, parte-se de si-próprio para expandir o conhecimento.

A hermenêutica procura pela intenção original do autor, pela originalidade do sujeito mas, para tanto, enfatiza a circunscrição histórica do sujeito. Dilthey acreditava que, para se entender a experiência humana, além de descrever a experiência em si, era necessário estudar a história, e os estudos da experiência são dependentes da circunscrição histórica desta e das descrições para formar um todo. É preciso descobrir como os estudos humanos estão relacionados à humanidade.

O que a perspectiva hermenêutica traz de

grande contribuição e que está no centro de sua metodologia e de seu projeto, é a idéia de interação entre ciência, arte e história, para a elaboração de uma interpretação condizente.

A hermenêutica tornou-se conhecida a partir dos trabalhos do chamado “Círculo Hermenêutico”:

A expressão “círculo hermenêutico” é uma metáfora para designar o processo da compreensão das ciências do espírito (e também humanas) e da interpretação em geral. Com ele deparou sempre, na nossa cultura, a reflexão sobre o afazer interpretativo – desde a alegorese aplicada aos deuses homéricos (no seio da cultura grega) até à exegese tipológica da patrística e da teologia medieval, ao sola scriptura de Lutero e às diversas teorias da hermenêutica (Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer e P. Ricoeur) (Morão, 1990, p. 980).

Define-se pelo fato de que o solo das interpretações se dá sobre as experiências que são continuamente refeitas e reinterpretadas: “*O homem cresce sobre si mesmo, é um novelo de experiências. E cada nova experiência é uma experiência que nasce sobre o fundo das anteriores e a reinterpreta*” (Reale & Antiseri, 1991, p. 628). Em outras palavras, a base da hermenêutica está na própria experiência.

Hans-Georg Gadamer, em seu livro *Verdade e Método*, apresenta o percurso da construção de uma teoria hermenêutica, definindo a possibilidade da compreensão do ser através da linguagem: “*O ser que pode ser compreendido é linguagem*” (Gadamer, 1998, p. 687). Na linguagem estão contidos, tanto o questionamento, quanto a sua própria resposta.

Heidegger entende o processo hermenêutico como uma pré-estrutura constitutiva da experiência humana, ou seja, a interpretação faz parte da estrutura básica da experiência (Morão, 1990; Moustakas, 1994), posição que Gadamer reitera, ao considerar o “círculo hermenêutico” como um “*momento estrutural ontológico da compreensão*”, onde está presente a antecipação do sentido (Morão, 1990).

Na perspectiva de Paul Ricoeur, definem-se alguns critérios para a elaboração de um trabalho hermenêutico, dentre os quais destacamos o esforço pela fixação no sentido, bem como a necessidade de se interpretar os protocolos como um todo, como uma *gestalt* de sentidos interconectados, o que revela a potencialidade para múltiplas interpretações (Moustakas, 1994).

Outro modelo de pesquisa qualitativa apontada por Moustakas (1994) é a pesquisa *heurística*. A palavra “Heurística” decorre do verbo grego *heuriskein*, que significa “encontrar”, “descobrir”. Segundo Abbagnano (1986), o verbo grego *ευρισχω* corresponde a “encontro”, “busca” ou “arte da busca”. “*Diz-se que um método é heurístico quando leva o aluno a descobrir aquilo que se pretende que ele aprenda: a maiêutica socrática é, por excelência, um método heurístico*” (Japiassu & Marcondes, 1990, p. 119).

Refere-se a um processo de pesquisa interna através do qual se descobre a natureza e o significado da experiência, e desenvolve métodos e procedimentos para investigações futuras. Neste modelo o *self* do pesquisador está presente ao longo de todo o processo, ou seja, o pesquisador experiencia *self-awareness* (auto-consciência) e auto-conhecimento.

O processo heurístico engloba processos “auto-criativos” e “auto-descobertas”, principiando por uma questão ou problema que o pesquisador pretende responder. Trata-se, pois, de um processo “autobiográfico”, englobando seis fases: a) engajamento inicial, b) imersão na questão, c) incubação, d) iluminação, e) explicação e f) culmina numa síntese criativa. Nas investigações heurísticas, a verificação se dá retornando aos participantes da pesquisa, compartilhando com eles os significados e as essências do fenômeno como derivados da reflexão sobre a análise do material.

A grande contribuição do modelo heurístico está na intrínseca participação do sujeito do pesquisador no próprio ato da pesquisa, isto é, na efetiva colocação da subjetividade do pesquisador no ato de pesquisar. No contexto da pesquisa heurística em psicologia, Maciel (2004, p. 184) assinala: “*É vital para a pesquisa heurística o engajamento, ou seja, a postura humana básica que depende da estrutura da afirmação volitiva, e que se manifesta em Moustakas como o “estar-com” o dado, conviver com a experiência*”.

A *teoria fundamentada* (“*grounded research theory*”), para Creswell (1998) é um modelo que tem por objetivo gerar ou descobrir uma teoria, a partir de uma situação na qual os indivíduos interagem. Para Moustakas (1994) é um modelo cujo foco é decifrar os elementos da experiência. A partir do estudo desses elementos e de suas inter-relações, desenvolve-se uma teoria que torna o pesquisador apto a entender a natureza e o sentido de uma

experiência para um grupo particular de pessoas num contexto particular.

Coleta-se primariamente dados de entrevistas, a partir de múltiplas visitas ao campo. A teoria é gerada durante o processo de pesquisa e concomitante à coleta dos dados, ou seja, à medida que os dados vão sendo coletados. As hipóteses e os conceitos são trabalhados fora do curso do estudo.

Segundo Creswell (1998), historicamente, Barney Glaser e Anselm Strauss, em 1967, sustentaram que a sociologia deveria “fundamentar” suas teorias, partindo de dados do campo, num caminho contrário ao uso tradicional de orientações técnicas *a priori*. A intenção era gerar teoria relacionada intimamente com o contexto do próprio fenômeno. Metodologicamente, o pesquisador partia de 20 a 30 entrevistas, em várias visitas ao campo, até a saturação. O procedimento de análise seguiria o seguinte padrão: “codificação aberta” (para formar categorias abertas), uma “codificação axial” (para agrupar dados em novas formas), uma “codificação seletiva” (para identificar uma linha histórica) e retratar a matriz condicional. O resultado seria uma teoria de “nível substantivo”.

Para Addison (citado por Moustakas, 1994), os princípios básicos deste modelo de pesquisa são:

- (1) Questionamento: continuamente se questiona sobre as lacunas dos dados (omissões, inconsistências e compreensões incompletas). Com isto, reconhece-se a necessidade de obter informações sobre o que influencia e dirige as situações e os sujeitos que estão sendo estudados;
- (2) Abertura da pesquisa: neste modelo, realçam-se os *processos*, abertos na condução da pesquisa, mais do que os métodos fixos e procedimentos;
- (3) Reconhecimento da importância do contexto e da estrutura social;
- (4) Desenvolvimento de processos: desenvolve-se teoria e dados entrevistando processos mais do que observando práticas individuais;
- (5) Simultaneidade: a coleta, a codificação e a análise dos dados ocorrem simultaneamente e em relação com cada um dos outros, ao invés de separar componentes; e
- (6) Indução.

Para Creswell (1998), os desafios deste modelo são os seguintes: a) o pesquisador deve colocar de lado as teorias e idéias prévias a respeito do

objeto a ser estudado (similarmente à “redução” na fenomenologia); b) apesar da natureza indutiva do trabalho, trata-se de uma abordagem sistemática de pesquisa, com passos específicos a serem seguidos e respeitados; c) há uma certa dificuldade na indicação do que significa “saturação” e, d) deve-se reconhecer que o resultado primário é uma teoria com componentes específicos.

Acreditamos que a maior contribuição deste modelo de pesquisa consiste exatamente na perspectiva de construção da pesquisa a partir dos dados coletados, numa superação do modelo tradicional que idealiza o aspecto racional da construção de teoria. Isto vai ao encontro do proposto no início deste capítulo, quando discutíamos a respeito da construção do pensamento e a relação de “mão-dupla” entre teoria e dados.

Com relação à etnografia ou à *pesquisa etnográfica*, Creswell (1998) apresenta-a como sendo a descrição e a interpretação de um grupo ou sistema cultural (ou social), a partir do exame dos padrões de comportamentos observáveis (tais como os costumes, por exemplo). Envolve um extenso trabalho de campo e pode ser aplicado numa variedade de *settings* sociais que permitem observações diretas das atividades do grupo estudado, comunicações e interações com pessoas, e oportunidades para entrevistas formais e informais (Moustakas, 1994).

Possui sua gênese na Antropologia Cultural (com Boas, Malinowski, Radcliffe-Brown e Mead) que, embora partindo das ciências naturais, divergem da abordagem tradicional por coletarem dados de “primeira mão”.

Envolve um engajamento inicial de exploração, como planejamento, prontidão à condução do estudo, incluindo permissão para observação e participação. Busca-se pessoas em situação de interação, em ambientes comuns, e tenta-se discernir os padrões comportamentais, através da *pesquisa-participante* ou de *entrevistas*. Realiza-se a pesquisa fundamentalmente partindo para um trabalho de campo, reunindo informações – seja por observações, entrevistas ou materiais úteis – e procedendo, a seguir, à descrição, análise e interpretação do grupo detalhadamente.

Deve-se dar destaque à observação participante como sendo um processo construído duplamente, pelo pesquisador e pelos “atores sociais” envolvidos. O método exige o máximo de interação e envolvimento do pesquisador com aqueles que estão sendo observados, ou seja, requer uma participação

ativa do pesquisador no trabalho da pesquisa. Na verdade, implica num reconhecimento do caráter dialético envolvido do ato de pesquisar, que é a intrínseca ação direta do pesquisador na pesquisa.

Bogdan e Taylor (citado por Moustakas, 1998) sugerem algumas estratégias para a condução da pesquisa etnográfica: a) atenção às palavras-chave ao observar interações e ao gravar comentários; b) concentração ao abrir e fechar relatórios; c) antes de sair do ambiente, tomar notas de tudo o que deve ser lembrado; d) não falar com ninguém antes das anotações estarem completas; e) traçar um diagrama físico do meio ambiente no qual se desenvolve o estudo; f) traçar um esboço de atos específicos (eventos, atividades e conversações).

Moustakas (1994) ainda cita algumas considerações de Patton a respeito da pesquisa etnográfica. Segundo este último, para a consecução deste modelo de pesquisa é importante ser bastante descritivo ao tomar notas no campo, reunir a maior variedade possível de informações a partir de diferentes perspectivas, selecionar informantes-chave, mantendo clareza de que suas perspectivas são limitadas, mas que são representativos do contexto ao qual o estudo está se referindo; estar consciente e sensível aos diferentes estágios do trabalho de campo (o que significa construir confiança e vínculo no estágio inicial, lembrar que o avaliador/observador também está sendo observado/avaliado); se envolver ao máximo na experientiação do programa como for possível enquanto mantém uma perspectiva analítica focalizada no propósito do trabalho de campo; separar claramente descrição de interpretação e julgamento; prover feedback como parte do processo de verificação do trabalho de campo (e observar o impacto desse feedback); e incluir nas notas de campo e na sua avaliação, suas próprias experiências, pensamentos e sentimentos, já que esses são também dados de campo.

Como se vê, trata-se de um trabalho – antes de tudo – extenso e complexo, que demanda grande envolvimento da parte do pesquisador, sem o qual o trabalho fica invalidado. Dentre os desafios inerentes a este modelo, Creswell (1998) destaca: a) este modelo apresenta-se fundamentado na antropologia cultural, e deve a ela se referir; b) o tempo utilizado normalmente para a coleta de dados é relativamente extenso, ou seja, demora-se muito tempo no campo (como podemos observar nos escritos de Malinowski em seus estudos sobre os trobriandeses, que duraram dois anos, por exemplo); c) as narrativas derivadas

de trabalho tão extenso e complexo, podem limitar o público e; d) há o risco de uma “nativização” do pesquisador e a possibilidade deste se tornar incapaz de terminar o estudo.

Todavia, há muito que se aprender com a perspectiva etnográfica. Segundo Patton (citado por Moustakas, 1994), o valor da observação participante define-se pelo fato de que o observador está mais apto a entender o contexto no qual as pessoas vivem por estar numa observação direta. Além disso, as “experiências de primeira mão” tornam o pesquisador apto a deduzir o que é significativo, podendo aprender coisas às quais os outros não têm acesso. Mas talvez o mais fundamental seja – à semelhança do método heurístico – a inclusão das percepções do observador no processo da pesquisa.

Por fim, temos o método *fenomenológico*, ao qual Creswell (1998) descreve como sendo a “*descrição das experiências vividas*” de vários sujeitos sobre um conceito ou fenômeno, com vistas a buscar a estrutura “essencial” ou os elementos “invariantes” do fenômeno, ou seja, seu “significado central”.

Na perspectiva sociológica, foi trabalhada por Schutz, que buscava entender como os indivíduos desenvolvem significados das interações sociais. Em relação ao método em si, Creswell (1998) assinala que o pesquisador deve estar atento à compreensão da perspectiva filosófica por detrás da abordagem, utilizar questões que explorem o significado da experiência, a partir da coleta de dados de sujeitos que experienciaram o fenômeno (que pode ser feita através de entrevistas, depoimentos, estudos de caso, acréscidas de auto-reflexão, etc). Com respeito à análise dos dados, o autor cita fundamentalmente a perspectiva compreensiva da estrutura essencial, desenvolvida por Giorgi (1985).

Moustakas (1994) elabora um pouco mais claramente este modelo. Foi Adrian Van Kaam quem operacionalizou a pesquisa fenomenológica (denominada de “empírica”, por Moustakas) em Psicologia. Van Kaam (1959) partiu da investigação do real sentimento de ser entendido, solicitando a estudantes que relembressem situações onde se sentiram entendidos por alguém (partindo, assim, das descrições de seus sentimentos).

A pesquisa “empírico-fenomenológica” envolve um retorno à experiência para obter descrições compreensivas que darão a base para uma análise

estrutural reflexiva criando um retrato da essência da experiência.

Giorgi (1985) aponta dois níveis descritivos:

- I. Dados originais são compostos de descrições “ingênuas”⁴ obtidas através de questões *open-ended* (abertas) e diálogos;
- II. Pesquisador descreve as estruturas da experiência baseado nas análises reflexivas e interpretações dos julgamentos ou histórias dos participantes da pesquisa.

O método fenomenológico constitui-se numa abordagem descritiva, partindo da idéia de que se pode deixar o fenômeno falar por si, com o objetivo de alcançar o sentido da experiência, ou seja, o que a *experiência* significa para as pessoas que tiveram a experiência em questão e que estão, portanto, aptas a dar uma descrição compreensiva desta. Destas descrições individuais, significados gerais ou universais são derivados: as “essências” ou estruturas das experiências.

O principal representante desta metodologia talvez seja Amedeo **Giorgi**, que coordenou durante muito tempo, na University of Duquesne, um grupo de pesquisa de base fenomenológica, e que elabora passos bem detalhados para um trabalho fenomenológico. A ele iremos nos referir mais destacadamente no próximo item. Já Van Eckastsberg, segundo Moustakas (1994), elabora os seguintes passos para estudos fenomenológicos:

- 1) Formulação do problema – o fenômeno (delimitando-se o foco da investigação);
- 2) Situação gerando dados – “protocolo de vida” (trata-se de uma narrativa descritiva providenciada pelos sujeitos); e
- 3) Análise dos dados – explicação e interpretação (os dados são lidos e escalonados para revelar sua estrutura, coerência e configuração de sentido).

⁴ Aqui consideram-se “ingênuas” aquelas descrições que não passaram pela influência da racionalização, ou seja, são “pré-reflexivas”, constituindo-se em descrições que partem – supostamente – da idéia de que o sujeito, sem refletir *a respeito-de*, estaria mais conectado com a sua própria experiência imediata (com seu “vivido”).

Creswell (1998) destaca alguns desafios inerentes a este modelo: a) a necessidade de uma sólida fundamentação filosófica na fenomenologia; b) uma preocupação significativa com a escolha dos sujeitos (que devem ser representativos no que tange à experiência do fenômeno a ser estudado) e; c) talvez o mais importante, a colocação “entre parênteses” das experiências pessoais para ir ao encontro do fenômeno tal qual ele se mostra.

Convém destacarmos algumas qualidades comuns aos diversos modelos de pesquisa em ciências humanas, em contraste com os modelos da ciência natural e em relação à pesquisa quantitativa, de acordo com Moustakas (1994):

- 1) Reconhecimento do valor das metodologias qualitativas e dos estudos da experiência humana como não-aproximadas às abordagens quantitativas;
- 2) Foco na experiência de totalidade (em relação a uma ênfase em objetos e partes nas outras metodologias);
- 3) Busca de significados e essências da experiência (utilizando-se de diferentes medidas e explicações);
- 4) Obtenção de descrições da experiência em considerações na primeira pessoa, através de entrevistas formais, informais e de conversações;
- 5) Um “olhar” aos dados da experiência como imperativo para compreender o comportamento humano e como evidência para investigações científicas;
- 6) Formulação de questões e problemas que refletem o interesse, o envolvimento e o comprometimento do pesquisador;
- 7) Visão do comportamento e da experiência como uma relação integrada e inseparável entre sujeito e objeto, e entre partes e todo.

Procuramos apresentar aqui algumas das formas mais destacadas de pesquisa associadas às ciências humanas. Acreditamos que é necessária uma preocupação especial com os “dados” do humano, por considerarmos que estes – mesmo não sendo de “outra natureza” – que os dados obtidos a partir da observação naturalística, requerem outro “olhar”. Isto não implica em dizer que haja um contraste e por conseguinte, uma separação entre o humano e o natural, mas que a observação naturalista não abarca a integralidade do fenômeno humano.

Assim, desde os primórdios da pesquisa social, foram-se destacando perspectivas alternativas na pesquisa com o humano, na expectativa de se poder alcançar cada vez mais a totalidade deste fenômeno.

Por estarmos falando de um fenômeno com características próprias, faz-se necessário o desenvolvimento de metodologias que privilegiem aspectos tais como intuição, imaginação, a busca de estruturas universais, para obter um quadro bem elaborado da dinâmica que subjaz à experiência. Acreditamos que o modelo fenomenológico de pesquisa pode vir a ser uma resposta a esta demanda, contanto que se tenha sempre em mente os “desafios” destacados acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. (1986). *Diccionario de Filosofia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- Amatuzzi, M. M. (1994). A Investigação do Humano: Um debate. *Estudos de Psicologia*, 11 (3), 73-78.
- Antunes, M. A. M. (1999). *A Psicologia no Brasil. Leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Editora Unimarco/Educ.
- Brozek, J., & Massimi, M. (1998) (Orgs.). *Historiografia da Psicologia Moderna*. Versão brasileira, São Paulo: Edições Loyola/Unimarco.
- Bruns, M. A. T., & Holanda, A. F. (2003) (Orgs.). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: Reflexões e Perspectivas*. Campinas: Alínea.
- Campos, L. F. L. (2000). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Psicologia*. Campinas: Alínea Editora.
- Creswell, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing among Five Traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Gadamer, H.-G. (1998). *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes (Original em alemão de 1986).
- Giorgi, A. (1985). *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburg: Duquesne University Press.
- González Rey, F. (1999). *La Investigación Cualitativa em Psicologia. Rumbos y Desafíos*. São Paulo: Educ.
- Holanda, A. F. (2002). *O Resgate da Fenomenologia de Husserl e a Pesquisa em Psicologia*. Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F., & Rodrigues, H. B. C. (1999). *Clio-Psiché: Histórias da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Japiassu, H., & Marcondes, D. (1990). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Maciel, J. C. (2004). *A Ciência Psicológica em Primeira Pessoa: O sentido de método heurístico de Clark Moustakas para a Pesquisa em Psicologia*. Tese Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

- Massimi, M. (2004) (Org.). *História da Psicologia no Brasil do Século XX*. São Paulo: Edusp.
- Massimi, M., Mahfoud, M., Silva, P. J. C., & Avanci, S. H. S. (1999). *Navegadores, Colonos, Missionários na Terra de Santa Cruz. Um estudo psicológico da correspondência epistolar*. São Paulo: Edições Loyola.
- Morão, J. (1990). In *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Moustakas, C. (1994). *Phenomenological Research Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Mucchielli, R. (1991). *Les Méthodes Qualitatives*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Reale, G., & Antiseri, D. (1991). *História da Filosofia*. São Paulo: Edições Paulinas.
- Scarpato, H. (2000) (Org.). *Psicologia e Pesquisa. Perspectivas Metodológicas*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Van Kaam, A. (1959). Phenomenal analysis exemplified by a study of the experience of ‘really feeling understood’. *Journal of Individual Psychology*, 15 (1), 66-72.

RESUMO

Neste texto, pretendemos discutir questões relativas ao método de pesquisa em Psicologia, partindo de uma perspectiva geral da Pesquisa Qualitativa e, em particular, da Pesquisa Fenomenológica. Nosso objetivo é empreender uma discussão em torno da diversidade dos métodos qualitativos de pesquisa em Psicologia, com especial destaque para o método fenomenológico, como um modelo compreensivo que apresenta significativa relação com o fenômeno psicológico. Para tal, o artigo traça um panorama dos métodos qualitativos, discutindo alguns modelos, tais como o modelo etnográfico, a pesquisa heurística, a hermenêutica, a *grounded-theory*, a pesquisa historiográfica, o estudo de caso, a pesquisa biográfica, para por fim, destacar a pesquisa fenomenológica.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa, fenomenologia.

ABSTRACT

This text aims to discuss questions about the research method in Psychology, from a general perspective of Qualitative Research and Phenomenological Research. The objective of this article is to discuss about the diversity of qualitative methods of psychological research, with special attention on the phenomenological method, as a comprehensive method which presents significant relation with the psychological phenomenon. This article shows an outlook of qualitative methods, discussing few models, like the ethnographic model, the heuristic research, hermeneutics, grounded-theory, historical research, case-study, biographical research, and the phenomenological research.

Key words: Qualitative research, phenomenology.